



ABASTECIMENTO D'ÁGUA EM IMBITUBA

CRONOLOGIA 1891 a 1992

ABASTECIMENTO D'ÁGUA EM IMBITUBA

CRONOLOGIA 1891 a 1992

1891.12.12

Escriturada a compra de uma “cachoeira”, por Lage Irmãos, “*firma esta estabelecida na praça do Rio de Janeiro*”, através de seu procurador Pedro Marcellino de Carvalho.

Segundo o documento, Cezário da Costa Paiva e sua mulher Maria Fernandes da Conceição, “*que eram senhores e possuidores de um sítio no qual existe duas cachoeiras, cujas cachoeiras e sítio são existentes no morro Paes Leme, próxi [mo] ao lugar denominado Imbituba da Freguesia de Sant’Anna de Vila Nova, Termo da Cidade da Laguna ...*” estavam vendendo “*... a cachoeira do lado do sul, desde a sua nascente até sua fóz com cinco metros de terreno de cada lado em toda a sua extensão, isto é, desde a nascente até a foz e mais vinte metros em quadro em qualquer lugar da mesma cachoeira e sítio para os mesmos Senhores Lage Irmãos ou seus sucessores collocarem caixa d’agua ...*” [sic] [grifamos]

Os transmitentes obrigavam-se ainda, por si e seus herdeiros, a consentir que os adquirentes passassem, por qualquer lugar do mesmo sítio, os encanamentos que quisessem utilizar para condução das águas.

A transação foi feita pelo valor de quinhentos mil réis (Rs. 500\$000).

O documento foi lavrado pelo escrivão interino de paz João Domingues da Silva, no Livro de Notas do cartório. O traslado não citou número de livro, nem número de página, nem número do assento.

(Escritura sem número lavrada em 12/12/1891 no Livro de Notas do Cartório de Paz da Freguesia de Sant’Anna de Villa Nova, Termo da cidade de Laguna, pelo escrivão interino João Domingues da Silva)

(Arquivos do compilador)

1891.12.12

Escriturada a compra de uma segunda “cachoeira”, por Lage Irmãos, através do mesmo procurador Pedro Marcellino de Carvalho.

À semelhança da outra escritura desta data, os transmitentes Generozo Fernandes Vieira e sua mulher Jozina Pereira da Roza, “...senhores de um sítio em o qual existe uma cachoeira, cuja cachoeira e sitio são existente no morro Paes Leme...” estavam vendendo “... a dita cachoeira desde as nassentes até onde finalizar em seus terrenos, e mais cinco metros de terreno em cada lado em toda a sua extensão, e mais tambem vinte metros em quadro em qualquer lugar da mesma cachoeira e sítio, para os mesmos senhores Lage Irmãos, ou seus sucessores collocarem uma caixa dagua ...” (sic) (grifamos)

Também neste caso os vendedores obrigavam-se, por si e seus herdeiros, a consentir que os compradores passassem, por qualquer lugar do mesmo sítio, os encanamentos que quisessem utilizar para a condução das águas.

A quitação foi efetuada pelo valor de Rs. 350\$000 e o escrivão, evidentemente, foi o mesmo da transação anterior.

Note-se que nos dois documentos houve o cuidado de deixar registrada a obrigação solidária dos herdeiros dos vendedores e a possibilidade de serem os sucessores de Lage Irmãos os construtores da caixa d’água. Era, portanto, obra para futuro não muito imediato.

(Escritura sem número lavrada em 12/12/1891 no Livro de Notas do Cartório de Paz da Freguesia de Sant’Anna de Villa Nova, Termo da cidade de Laguna, pelo escrivão interino João Domingues da Silva)

(Arquivos do compilador)

1915.02.01

Começam a constar dos borradores das folhas de pagamento da firma Lage Irmãos em Imbituba os trabalhos de um pedreiro auxiliado por serventes “endireitando terreno para um chalet (2)” [sic].

(Arquivos do compilador)

NOTA:

O chalé nº 2, que anos depois foi demolido, ficava na área portuária e foi a primeira residência a receber água encanada oriunda de caixa construída nas proximidades da raiz do primeiro berço de atracação do porto de Imbituba.

1915.04.01

Começam a constar dos borradores das folhas de pagamento da firma Lage Irmãos em Imbituba os trabalhos de construção de rede de água no Porto de Imbituba.

As apropriações do mês de abril foram as seguintes:

DIAS	EQUIPES E TAREFAS
01,03,05,06	4 homens e 1 feitor alinhando terreno para colocar encanamentos 5 homens abrindo vala para colocar encanamentos
07, 08	8 homens e 1 feitor abrindo valas para encanamentos
09, 10, 11	4 homens e 1 feitor alinhando terreno para colocar encanamentos 5 homens abrindo vala para colocar encanamentos

DIAS	EQUIPES E TAREFAS
12, 13	7 homens e 1 feitor abrindo vala para encanamentos 1 ferreiro e 1 servente unindo tubos para encanamentos
14	4 homens carregando tubos para encanamentos 3 homens e 1 feitor abrindo vala para encanamentos 1 ferreiro e 1 servente unindo tubos para encanamentos
15, 16	8 homens e 1 feitor abrindo vala para encanamentos 1 ferreiro e 1 servente unindo tubos para encanamentos
17, 21	4 homens e 1 feitor abrindo vala para encanamentos 4 homens desmatando no local da caixa d'água 1 ferreiro 1 servente unindo tubos
22, 23, 24, 26	8 homens e 1 feitor abrindo vala para encanamentos 1 ferreiro e 1 servente unindo tubos para encanamentos
27	1 ferreiro e 1 servente unindo tubos para encanamentos
29	4 homens e 1 feitor abrindo vala para encanamentos 1 ferreiro e 1 servente unindo tubos para encanamentos 4 homens desmatando no local da caixa d'água
30	8 homens e 1 feitor abrindo vala para encanamentos

A caixa d'água citada nessa apropriação viria a ser alimentada por vertente existente no lado norte do Morro do Farol.

(Arquivos do compilador)

O abastecimento a partir desse modesto manancial foi desativado depois da construção, em 1937, da represa no "Morro do Paes Leme", conhecido depois como Morro da Caixa d'Água. Porém foi reaproveitado a partir de 1957 mediante a construção de *"Depósito d'agua existente no morro de frente para a caixa de carvão - para abastecimento dos navios por gravidade - capacidade de 300.000 litros - se-jam 300 m³"*. (Ver verbete 1957.##.##)

1915.05.01

Têm sequência no mês de maio os trabalhos de construção de rede de água no Porto de Imbituba e as apropriações pertinentes foram as seguintes:

DIAS	EQUIPES E TAREFAS
03	1 ferreiro e 1 servente unindo tubos para encanamentos
04	1 ferreiro e 1 servente unindo tubos para encanamentos 4 serventes abrindo vala para encanamentos
05	2 serventes abrindo vala para encanamentos 1 servente e 1 ferreiro unindo tubos para encanamentos
06	2 serventes abrindo vala para encanamentos 1 ferreiro unindo tubos para encanamentos
07, 08, 10, 11, 12, 13	2 serventes abrindo vala para encanamentos 1 servente e 1 ferreiro unindo tubos para encanamentos
14	1 servente abrindo vala para encanamentos 1 servente e 1 ferreiro unindo tubos para encanamentos
15, 17	1 servente e 1 ferreiro unindo tubos para encanamentos
18	1 servente e 1 ferreiro colocando bomba / encanamento para o chalé 2
19	1 servente e 1 ferreiro colocando encanamento para o chalé 2

A documentação encontrada, da folha de pagamento relativa a maio/1915, explicita o envio da mesma a Henrique Lage, na Ilha do Vianna, tal como acontecido com idênticas documentações pertinentes a março e junho de 1915. Isso permite supor que idêntico procedimento foi adotado para todos os demais meses do ano.

(Arquivos do compilador)

1915.06.01

A partir desta data começa a constar nas apropriações das folhas de pagamento de Lage Irmãos em Imbituba os serviços de um cozinheiro no chalé 2. Tal regalia, aliada ao fato de ser a primeira moradia a contar com água encanada, deriva do fato dessa residência ser destinada ao primeiro administrador do incipiente porto, Amilcare Moglié, citado como "Italiano" em alguns documentos informais posteriores.

A partir deste mês a documentação das citadas folhas de pagamento passou a ter o visto de Moglié.
(Arquivos do compilador)

1915.08.09

Retomados em agosto os serviços de construção de rede de água no Porto de Imbituba e as apropriações pertinentes foram as seguintes:

DIAS	EQUIPES E TAREFAS
09	Encanamento geral de água 1 ferreiro e 1 servente juntando tubos
10	Encanamentos de água 1 ferreiro e 1 servente juntando tubos
18, 19	Encanamento geral de água 1 ferreiro e 1 servente ligando tubos
20, 21, 23	Encanamento de água 1 ferreiro e 1 servente juntando tubos
24, 25, 26, 27, 28	Encanamento geral de água 1 ferreiro e 1 servente juntando tubos [ou encanamento]
30, 31	Encanamento geral de água 1 ferreiro e 1 servente colocando encanamentos

(Arquivos do compilador)

1915.09.01

Continuam em setembro os serviços de construção de rede de água no Porto de Imbituba e as apropriações respectivas foram as seguintes:

DIAS	EQUIPES E TAREFAS
01	Encanamento geral de água 2 serventes abrindo vala e 1 ferreiro unindo tubos
03	Encanamentos gerais d'água 2 serventes desmatando e abrindo picada
06	Encanamentos de água 2 serventes desmatando e abrindo vala

(Arquivos do compilador)

Deste mês em diante, até o fim de 1915, não foram registradas separadamente atividades concernentes à implantação da rede de água potável no Porto de Imbituba.

Também não foram localizadas nos arquivos da Cia. Docas de Imbituba as folhas de pagamento relativas aos anos de 1916, 1917 e 1918.

1917.11.26

Em razão de requerimento dirigido por Lage Irmãos ao Congresso Federal solicitando autorização para a construção, uso e gozo do porto de Imbituba pelo prazo de 90 anos sem ônus algum para a União, o senador Pires Ferreira apresenta expediente visando a concessão tal benefício. As justificativas apresentadas para tanto, dentre outras, foram as construções em andamento e as já executadas pela referida firma no porto com recursos próprios, sem ônus algum para o Governo:

Em razão de requerimento dirigido por Lage Irmãos ao Congresso Federal solicitando autorização para a construção, uso e gozo do porto de Imbituba pelo prazo de 90 anos sem ônus algum para a União, o senador Pires Ferreira apresenta expediente visando a concessão tal benefício. As justificativas apresentadas para tanto, dentre outras, foram as construções em andamento e as já executadas pela referida firma no porto com recursos próprios, sem ônus algum para o Governo:

- quebra-mar, em início de construção;
- dois trapiches;
- usina elétrica e de ar comprimido;
- rede de canalização de água potável; [grifamos]
- linha telegráfica particular de Imbituba a Mirim;
- farol;
- estação meteorológica.

(Jornal O Albor, de Laguna, 23/12/1917 – nº 784 – p. 1)

1918.06.19

Escriturada a compra de uma terceira “cachoeira”. A aquisição desta vez foi efetuada por Henrique Lage junto aos vendedores Manoel Joaquim Ignácio e sua

A descrição do objeto da transação foi a seguinte:
“... um quadro de terras com vinte e duas braças situados no lugar Paes Leme, para edificação de uma caixa d’água, seguindo com o mesmo fundo até encontrar o ramo da cachoeira; seguindo o braço do sul da dita cachoeira com cinco braças para cada lado, contendo cento e cinqüenta braças de fundos a partir do quadro; e o braço do norte seguindo com as mesmas cinco braças por lado, contendo cem braças mais ou menos de fundos, ficando assim descrita uma cachoeira com seus afluentes; ...” [sic] [grifamos]

O valor da compra foi de quinhentos mil réis (Rs. 500\$000). O registro foi lavra-do por Bartholomeu José do Nascimento, Tabelião de Paz da Freguesia de Vila Nova, no *“livro de Notas nº 15, folhas 48, 49 e verso”* .[sic]

(Arquivos do compilador)

1937.01.02

São iniciados pela Companhia Docas de Imbituba, no Morro do Paes Leme, também conhecido como Morro do Mirim ou ainda como Morro da Caixa d'Água, os trabalhos de construção de uma represa composta de três diferentes níveis, contíguos, para aproveitamento de um pequeno curso d'água de excelente qualidade. O reservatório mais elevado é o de menor capacidade. O de maior capacidade é o mais baixo, que além de receber o vertedouro da caixa de nível intermediário, recebia nas épocas de chuvas mais abundantes razoável contribuição de um riacho temporário que entrava pelo lado norte dessa caixa principal.

Durante os meses de janeiro a julho/1937 a Cia. Docas de Imbituba fez constar em suas folhas de pagamento, uma “Turma da Represa”, não tendo sido encontradas quaisquer indicações de que a construção tenha sido ultimada nesse período. Pelas dimensões da obra, que exigiu serviços de cantaria e que não tinha o auxílio de máquinas complexas, é de se admitir que a citada equipe tenha sido absorvida pela “Turma de Melhoramentos / Benefeitorias”, mais numerosa a partir de agosto/1937, conforme se constata nas ditas folhas.

(Arquivos do compilador)

NOTA:**1**

Em setembro de 2002 o topógrafo Gilnei Cardoso executou, a serviço da Emacobrás Imobiliária Ltda., minucioso trabalho de campo que foi levado ao papel com o título “*Cadastramento dos Principais Afluentes do Rio Paes Leme, na Gleba 14 (Morro do Mirim)*”.

Os dados obtidos no campo foram lançados em desenho de nº20 do levantamento aerofotogramétrico de Imbituba executado em fins de 1973 pela empresa paranaense Aerosul Ltda., contratada pela Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul – SUDESUL, órgão do Ministério do Interior. (Arquivos do compilador)

NOTA:**2**

A localização dos reservatórios e dos cursos d'água que os alimentam aparece no quadro “Afluente 01” do trabalho de Gilnei Cardoso, sobreposto no canto superior direito do acima citado desenho nº 20 do levantamento aerofotogramétrico.

A vazão observada do riacho que alimenta a represa era, em setembro/2002, de dois litros por segundo. (Arquivos do compilador)

NOTA:**3**

Informações testemunhais reportam que a rede d'água que partia dessa represa destinava-se, primitivamente, a abastecer apenas o Porto de Imbituba e as residências de seus dirigentes e operários. Paulatinamente, essa rede passou a atender também a terceiros. Tal generalização acabou fazendo da Companhia Docas de Imbituba uma espécie de concessionária informal do abastecimento de água na localidade.

NOTA:**4**

Com o aumento da população e das edificações, foi-se esgotando a capacidade de fornecimento, o que levou a C. D. I. a perfurar, a partir de 1951, 18 grandes poços em vários pontos da área portuária e fora dela. Nove deles foram executados numa região baixa, pantanosa, ao longo do Rio Paes Leme, no sopé do Morro do Mirim, não muito distante da represa. A localização dos mesmos aparece no canto superior esquerdo do desenho nº 21 do levantamento aerofoto-gramétrico acima citado.

A conjugação do canto superior direito do desenho nº 20 com o canto superior esquerdo do desenho nº 21, permite ver a localização dos nove poços em relação à posição da represa com três reservatórios.

Ainda segundo a história verbal, apesar de passar por uma ETA - Estação de Tratamento de Água, também registrada nesse mesmo desenho, o produto desses poços era de péssima qualidade.

(Arquivos do compilador)

NOTA:**5**

Um conjunto de três poços foi construído nas proximidades da portaria nº 1 da zona portuária, conforme registrado no desenho nº 08-09-017 de agosto/1972, do levantamento Topográfico Plano Altimétrico da Zona Portuária de Imbituba, executado pela empresa Planenge S. A. para o D.N.P.V.N. – Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis.

NOTA:**6**

Essas construções também acabaram por não resolver as crescentes necessidades de consumo e o colapso total do já problemático abastecimento foi evitado com o aproveitamento da água, captada e precariamente tratada pela Cia. Docas de Imbituba na chamada Lagoa da Bomba no bairro Paes Leme. Como era de conhecimento geral, essa fonte era extremamente poluída pelos efluentes líquidos da Indústria Cerâmica Imbituba S/A. e por esgotos, inclusive cloacais, provenientes dos núcleos residenciais do seu entorno e até mesmo das escolas existentes nas suas proximidades.

Tal lagoa também está mapeada no desenho nº 21 acima referido. Observe-se ainda que nesse documento de 1973 também está assinalada uma *Casa de Bombas (Casan)*, que movimentava a água dos poços escavados pelo D. A. E. S – Departamento Autônomo de Engenharia Sanitária. Essa instalação ficava nas proximidades do Grupo Escolar Joaquim Ramos e servia somente o bairro Paes Leme.

(Arquivos do compilador) (Ver verbete 1969.01.02)

NOTA:**7**

Enquanto isso, os órgãos de saúde pública, nos três níveis, omitiam-se por completo. O problema só ficou resolvido, graças ao fato de ser indispensável o fornecimento de grandes volumes de água potável para a Indústria Carboquímica Catarinense S/A. Assim, por via de consequência desse projeto de iniciativa federal, a concessionária estadual Companhia de Águas e Saneamento – CASAN – foi naturalmente compelida a atender também as necessidades de todo o município de Imbituba.

(Ver verbetes de 1979)

1945.09.01

Começa a constar das folhas de pagamento da Companhia Docas de Imbituba a secção “Rede de Abastecimento d’Água”.

No período de setembro/1945 a março/1946 a respectiva equipe era de nove homens. No período de abril/1946 a novembro do mesmo ano tinha oito elementos. De dezembro/1946 a dezembro/1947 a turma era de seis pessoas.

Não foi possível localizar as folhas de pagamento subsequentes.

(Arquivos do compilador)

1951.03.06

Elaborado pela Companhia Docas de Imbituba o desenho técnico de poços circulares para reforço do abastecimento d’água do porto. Estava previsto o diâmetro interno de 4 metros e a profundidade de 10 metros. A respectiva casa da bomba teria as dimensões de 1,80m de

largura por 2,20m de comprimento, com altura de 2,40m, sendo ligada à parede do poço por uma construção com a mesma largura, comprimento de 1,90m e altura de apenas 1,35m.

(Arquivos do compilador)

1953.01.06

Informações prestadas pela Companhia Docas de Imbituba ao 17º Distrito de Portos, Rios e Canais, com sede em Florianópolis, dando conta das diversas obras le-vadas a efeito no período de 1950, 1951 e 1952, inclui a *“Construção dos p^oços nrs. 1, 2 e 3, de 4,00 ms. de diâmetro por 10,00 ms. de profundidade, de alvenaria de tijolos, para reforço do abastecimento d’água do pôrto.”* [sic]

O item XIV, na página 5 do mesmo documento, informa o seguinte:

“POÇOS PARA ABASTECIMENTO D’AGUA

número de p^oços construídos – 2 (nrs. 17 e 18)

b) capacidade – 50.000 litros diários, cada um.

c) custo – o de nº 17 – Cr\$ 45.389,00; o de nº 18 – Cr\$ 44.110,00.

d) datas de início e de conclusão – Foram iniciados em fevereiro e julho de 1952 e terminados em outubro e novembro, respectivamente.” (sic)

A C. D. I. produziu, em data desconhecida, o desenho topográfico *“Planta da Zona Portuária localizando as novas instalações a serem reconhecidas”*. Nele aparecem os p^os nºs. 17 e 18 acima citados, ao lado do de nº 16.

Ficavam localizados aos fundos do armazém próximo ao prédio da administração do porto. Figurava ainda nessa planta, em destaque, a rede de abastecimento d’água da zona portuária.

(Arquivos do compilador)

NOTA:

O 17º DPRC era órgão subordinado ao DNPRC – Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, por sua vez integrante do Ministério de Viação e Obras Públicas.

1957.##.##

A Companhia Docas de Imbituba constrói na encosta do Morro do Farol, nas proximidades do silo para embarque de carvão então existente mas destruído por incêndio em 15.06.1992, um *depósito d'água* com capacidade de 300.000 litros para abastecimento dos navios por gravidade. Essa obra substituiu uma pequena caixa d'água que era alimentada por modesto manancial que há na dita encosta.

(Arquivos do compilador)

1958.06.21

Lei Estadual n.º 348, promulgada pelo Presidente da Assembléia Legislativa, deputado José de Miranda Ramos, criando, dentre muitos outros, o município de Henrique Lage, conforme inciso VIII do artigo 1º. Seus limites eram os seguintes:

“Partindo da ponta de Imbituba, em direção ao sul, segue pela praia até encontrar a divisa do município de Laguna, na ponta de Itaperobá, daí segue pela divisa, por uma linha seca até encontrar a Lagoa do Mirim, pela margem direita desta até a divisa com o município de Palhoça. Daí pelo limite inter-municipal até o Oceano na ponta do Ouvidor. Segue daí para o sul, pela praia até o ponto de partida.” [sic]

Incluindo, portanto, as vilas de Mirim e Vila Nova.

Seu primeiro prefeito eleito, Nelson Souza, da União Democrática Nacional, governou de 01/02/1959 a 31/01/1964. Uma de suas primeiras iniciativas foi encaminhar à Câmara de Vereadores, em 26/02/1959, projeto de lei desapropriando a área particular onde a Prefeitura Municipal de Laguna havia construído a caixa d'água de Vila Nova. A proposição gerou a Lei nº 5 de 10/03/1959.

(Arquivos do compilador)

NOTA:

Em 09/11/1949, em consequência da lei n.º 328, o então distrito de Imbituba, pertencente ao município de Laguna, tinha passado a denominar-se "*Henrique Lage*". Mas em 06/10/1959, através da lei promulgada n.º 446, o já então município passou a chamar-se "*Imbituba*".

1959.03.04

Lei Municipal nº 5/1959 desapropriando, por utilidade pública, o terreno pertencente a Agenor Frederico de Andrade e sua mulher, onde a Prefeitura Municipal de Laguna havia edificado o reservatório de água potável de Vila Nova.

Esse diploma legal teve origem em projeto apresentado em 26/02/1959 à Câmara de Vereadores pelo primeiro prefeito eleito de Imbituba, Nelson Souza.

(Arquivos do compilador)

1959.05.30

Lei Municipal nº 14, autorizando o poder executivo "a ampliar a rede de distribuição de água na localidade de Vila Nova, compreendendo o seguinte:

a) Na rua denominada, Rua de Traz, partindo da Caixa D'água em direção ao norte, até uma distância de 350 metros.

b) Na rua denominada Rua da Igreja, pela mesma rua em direção ao Sul até uma distância de 200 metros." [sic]

(Arquivos do compilador)

1962.05.30

Lei Estadual nº 3.058, criando o Departamento Autônomo de Engenharia Sanitária e extinguindo seu antecessor, o Serviço de Água e Esgoto, diretamente subordinado ao Chefe do Poder Executivo.

O D. A .E. S. foi extinto pela Lei nº 4.071, de 28/12/1971.

(Ver verbete 1971.12.28)

1968.04.25

O *Jornal do Brasil*, diário do Rio de Janeiro, publica junto à edição nº 14 – ano LXXVIII, um suplemento sobre o Estado de Santa Catarina, do qual constavam as seguintes informações sobre abastecimento d'água:

1) Na página 3 desse encarte, sob o item "*Saneamento e Terras*" estava indicado o seguinte:

"O DAES opera serviços de abastecimento de águas nas cidades de Florianópolis, São José, Palhoça, Itajaí, Tubarão e Garopaba."

Essa listagem de **abril de 1968**, onde não consta a

cidade de Imbituba, invalida a informação contida em folheto sem data intitulado *Descritivo Técnico do Sistema de Água de Imbituba*, distribuído pela CASAN aos seus consumidores após a paralização da Indústria Carboquímica Catarinense S. A. – ICC em **agosto de 1992** fornecendo dados inexatos, como segue:

“A cidade de Imbituba conta com o abastecimento de água de longa data. Foi idealizado pelo Eng. Henrique Lage pelos idos de 1930 e mantido sob o controle da Companhia Docas de Imbituba.”

“Por volta de 1967 foi encampada pelo então DAES (Departamento de Águas e Esgoto) e transferido para a CASAN (COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO) em 1971.” [sic] [o negrito é do compilador]

(Ver verbete 1992.08.##)

(Ver verbete 1962.05.30 – criação do Departamento Autônomo de Engenharia Sanitária e extinção do Serviço de Água e Esgoto)

(Ver verbete 1971.12.28 – extinção do DAES e criação da Casan)

2) Na página 8 do citado suplemento, sob o título *“Saneamento é problema”*, estavam registrados os seguintes trechos:

“Dos 200 municípios que possui, Santa Catarina dispõe de serviços de abastecimento de água em apenas 22.” [...]

*“Atualmente, as cidades que já dispõem de redes de água já instaladas ou em instalação são Florianópolis, Joinville, Blumenau, Lages, Criciúma, Tubarão, Itajaí, Laguna, Brusque, Chapecó, **Imbituba**, Concórdia, Jaraguá do Sul, Lauro Müller, Içara, Nova Veneza, Morro da Fumaça, Urussanga, Siderópolis, São Ludgero, Pomerode e Garopaba. Ressalte-se que, **em muitas dessas cidades, o abastecimento é deficiente**, atingindo apenas uma parcela da população. Por outro lado, cidades como Curitiba, Joaçaba, São Francisco do Sul, Mafra, Rio Negrinho, Canoinhas, Rio do Sul, São Miguel d'Oeste, Videira e outras tantas ainda fazem o seu suprimento de água através das bicas cariocas, poços de quintal, caminhões-tanques das Prefeituras ou pelo **fornecimento de particulares, em***

regime de pseudoconcessão ." [os negritos são do compilador] (Arquivos do compilador)

1969.01.02

O Departamento Autônomo de Engenharia Sanitária, criado em 30.05.1962, instala-se em Imbituba e começa a contratar os primeiros trabalhadores.

Os primeiros poços do D.A.E.S., hoje aterrados, foram escavados nas margens da Lagoa da Bomba e também no lugar conhecido como Aguada. Serviam de modo precário tão somente as áreas próximas dos citados poços.

Em 01/01/1972 o pessoal do D.A.E.S. em Imbituba passou a pertencer aos quadros da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, em decorrência da Lei estadual nº 4.547 de 31/12/1970.

(Desenhos nºs. 21 e 27 do levantamento aerofotogramétrico de Imbituba executado em fins de 1973 pela empresa paranaense Aerosul Ltda., contratada pela Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul – SUDESUL, órgão do Ministério do Interior) (Arquivos do compilador)

1970.12.31

Lei nº 4.547, dispendo sobre a reforma administrativa do Estado de Santa Catarina.

Seu artigo 43 foi assim redigido:

"Fica o Poder Executivo autorizado a constituir, nos termos desta Lei, e da Legislação que lhe for aplicável, as seguintes sociedades de economia mista:

I - Sociedade de Crédito Imobiliário de Santa Catarina;

II - Sociedade Corretora de Valores Mobiliários de Santa Catarina;

III – **Companhia Catarinense de Águas e Saneamento;**

[...]”

[os negritos são do compilador] (Arquivos do compilador)

1971.12.27

Lei Ordinária Municipal nº 278/1971, outorgando à Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN a concessão para exploração, ampliação e implantação dos serviços públicos de esgotos sanitários e de abastecimento de água, pelo prazo mínimo de trinta anos.

(Arquivos do compilador)

1971.12.28

Lei estadual nº 4.701, extinguindo o Departamento Autônomo de Engenharia Sanitária – DAES, cujas atribuições passaram a ser exercidas pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, cuja constituição como empresa de economia mista foi autorizada pelo artigo 43 da Lei nº 4.547, de 31/12/1970, que dispôs sobre a reforma administrativa do Estado.

1972.01.01

O pessoal do Departamento Autônomo de Engenharia Sanitária – DAES em Imbituba passa a pertencer aos quadros da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, em função da Lei estadual nº 4.547 de 31/12/1970 que autorizou a constituição desta última e da Lei estadual nº 4.701 de 28/12/1971, que extinguiu o primeiro.

(Arquivos do compilador)

1972.08.31

Decreto nº 71.053, autorizando a transferência de terreno situado na zona portuária de Imbituba para o patrimônio da Indústria Carboquímica Catarinense S. A. – ICC.

Esse imóvel de 106.407,00 m², localizado na Rua Manoel Florentino Machado, na zona portuária de Imbituba, destinava-se à implantação, pela I. C. C., *“de um complexo industrial, baseado no aproveitamento do carvão mineral e das piritas carbonosas do Estado de Santa Catarina, bem como a exploração de indústrias que, direta ou indiretamente, se relacionem com esse objetivo.”*

Para a operação do empreendimento estava previsto o consumo de 550 m³ por hora de água a ser captada no Rio d’Una pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN.

(Revista *Carvão de Pedra* – Out/Nov/Dez-1973 – Edição Especial – p. 88)

(Arquivos do compilador)

1973.10.17

O general Danilo Montenegro, presidente da Indústria Carboquímica Catarinense profere uma das conferências havidas em Brasília para exame da problemática do carvão nacional. Dentre as informações prestadas pelo mesmo naquela ocasião encontram-se as seguintes:

“A Direção da ICC vem insistindo junto ao Ministério do Interior e ao Governo do Estado de Santa Catarina no sentido de proporcionarem as obras de infra-estrutura necessárias a implantação do empreendimento.

Com relação ao abastecimento d’água, face as gestões efetuadas, o Ministério do Interior manifestou sua aquiescência em patrocinar o financiamento pelo BNH – Banco Nacional da Habitação do projeto a ser apresentado pela CASAN – Companhia Catarinense de Água

e Saneamento visando o atendimento das necessidades da cidade de Imbituba e da ICC.

O projeto de adução de água do Rio Duna para o abastecimento mencionado já foi contratado pela CASAN, encontrando-se em fase de elaboração. O consumo previsto de água pela ICC será de 550 m³/h.” [sic]

(Revista Carvão de Pedra – Out/Nov/Dez-1973 – Edição Especial – p. 88)

(Arquivos do compilador)

1975.09.23

O jornal Diário do Paraná, de Curitiba, na página 7 do 2º caderno de sua edição nº 6078, informa que *“em decorrência de gestões já efetuadas, o Ministério do Interior manifestou sua aquiescência em patrocinar o financiamento, através do Banco Nacional da Habitação do projeto elaborado pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, visando ao atendimento da cidade de Imbituba e do complexo da ICC. O consumo de água previsto pela ICC será de 600 metros cúbicos por hora.”*

(Arquivos do compilador)

NOTA:

Aparentemente o jornal arredondou para cima o consumo estimado de água pela ICC, porquanto em 17/10/1973 o presidente da ICC informou que o consumo seria de 550 metros cúbicos por hora

1979.##.##

Entra em funcionamento o novo sistema de distribuição de água potável de Imbituba, operado pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN.

(Ver reprodução de fotografia de placa afixada na Estação de Tratamento de Água da CASAN, dando sua inauguração como acontecida de 1979)

1979.04.23

A Indústria Carboquímica Catarinense S. A. inicia a fase de operação em regime experimental da unidade de ácido sulfúrico.

A inauguração da planta, já em regime normal de funcionamento ocorreu no dia 25 do mês seguinte.

(Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro – 24/02/1981 – Ano 154 – nº 121 – p. 7) (MORAES, Fábio Farias de. – A Indústria Carboquímica Catarinense (ICC): uma Solução ou um Problema?, in Memória e Cultura do Carvão em Santa Catarina – GOULART FILHO, Alcides (Org.) – Florianópolis: Ed. Cidade Futura, 2004 – p. 268)

O evento de abril significou que o novo sistema de distribuição d'água de Imbituba já estava em pleno funcionamento, garantindo o fornecimento total de 290 litros por segundo, dos quais aproximadamente 67,5 litros destinavam-se à ICC. Parte do restante passou a atender a nova rede da cidade. A decorrente capacidade ociosa ficava à disposição de outras indústrias que pretensamente se instalariam em Imbituba. Como não ocorreu o esperado desenvolvimento industrial, a CASAN passou a atender as comunidades mais distantes da sede do município.

(Folheto Descritivo Técnico do Sistema de Água de Imbituba, distribuído aos consumidores pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, em data desconhecida, mas posterior à paralisação da ICC) (Arquivos do compilador)

1986.##.##

Implantados os sistemas de abastecimento de água das localidades de Araçatuba e Itapirubá, no Município de Imbituba.

(RAMOS, Átila Alcides. *Saneamento Básico Catarinense: resgate da história do saneamento básico em Santa Catarina* – Florianópolis: IOESC – Imprensa Oficial do Estado e Santa Catarina, 1991 – p. 20)

(RAMOS, Átila Alcides. *Saneamento Básico Catarinense – Dados Principais – 1645-2006* – Florianópolis, 2006 – p. 15)

NOTA:

O autor das duas obras retro citadas, respectivamente nas páginas 14 e 5, registra o ano de 1925 como sendo o de construção do primeiro sistema abastecimento de água de Imbituba, mas não indica as fontes de origem dos dados. Além disso, considerando-se também o material aqui compilado, é permitido crer que a informação em causa, contida nas duas publicações, esteja equivocada.)

1992.08.##

Paralisação das atividades da Indústria Carbocímica Catarinense S. A. – ICC, conforme carta GAPRE 806/93 de 15/10/1993 endereçada ao Ministro de Minas e Energia pelo presidente da Petrobrás, Joel Mendes Rennó.
(Arquivos do compilador)

Em decorrência, a água destinada ao consumo daquela indústria também passou a ser posta à disposição de novas ampliações da rede municipal de Imbituba.

NOTA:

Outras fontes, discordantes entre si, citam abril ou novembro de 1992 como tendo sido o mês de paralisação das atividades industriais da ICC.

MORAES, Fábio Farias de. – *A Indústria Carboquímica Catarinense (ICC): uma Solução ou um Problema?*, in *Memória e Cultura do Carvão em Santa Catarina* – GOULART FILHO, Alci-des (Org.) – Florianópolis: Ed. Cidade Futura, 2004 – p. 279 a 281)

ESPT

